

gestão pública

O desafio das metas educacionais



José Carlos Rassier*

Composição
sob imagem
Chrisarvey

No mundo das organizações privadas mais exitosas, sobrevive a máxima de que metas existem para ser superadas. No mundo real da gestão pública, devido à ausência de mecanismos gerenciais mais eficientes e da valorização de uma cultura organizacional focada nos instrumentos de planejamento, metas são sempre alvos distantes e, às vezes, inatingíveis.

Na recorrente história da administração federal burocrática e patrimonialista, em vários momentos, perdeu-se a dimensão pública e republicana do Estado, razão pela qual, além das deficiências na alocação dos recursos financeiros e orçamentários e da inoperante gestão de pessoas e de processos, perdeu-se autoridade para priorizar resultados, quer por falta de credibilidade, quer por excesso de descontinuidade.

Para se contrapor às lógicas empobrecedoras e redutivas, nos últimos anos, um grande movimento em torno da busca pela qualidade na educação está em curso, envolvendo atores públicos e privados, organizações nacionais e internacionais, gestores formais e representantes da sociedade.

Nesse sentido, deve-se saudar o Movimento Todos pela Educação e sua atuação, como, por exemplo, a recente definição apresentada sobre as cinco bandeiras norteadoras para que o Brasil logre atingir as cinco metas educativas propostas.

O movimento chama a atenção para o que segue: o Brasil precisa ter um currículo nacional por série e ciclo; o magistério necessita de uma carreira atraente e de uma formação condizente com a função de educadores; as avaliações nacionais e internacionais que medem os indicadores da educação devem inspirar adequações curriculares e pedagógicas; e o espaço e o ambiente escolar devem permitir mais interação e acesso amplo em turno normal e complementar aos alunos.

Parece que tais observações e recomendações são óbvias. Contudo, a obviedade nem sempre é inerente à história dos povos, permeada por fatores internos e externos e especialmente maculada num ambiente em que sobrevive, ainda, a ideia de que o povo não percebe o futuro, enquanto muitos políticos temem o passado.

Para se contrapor a essa dura realidade que afeta a educação nacional, a racionalidade administrativa e a coerência das políticas públicas devem estar associadas para que esses objetivos, muitas vezes apresentados e incluídos ao lado das grandes metas nacionais, de fato se materializem e se expressem como tarefas indispensáveis e inadiáveis para a sociedade brasileira.

Trata-se de escolher entre permanecer no passado ou ir adiante para o futuro. Nesse caso, como na vida, a questão é escolher entre o que é o certo e o que é fácil. Normalmente, fazer o certo exige disciplina, determinação, vontade e capacidade de superar obstáculos e também uma boa dose de convicção sobre o que se deseja. Para finalizar, não é demasiado recordar o que sabiamente advertiu William Ward: “O pessimista queixa-se do vento, o otimista espera que ele mude. O realista ajusta as velas”. ■

*Secretário-geral da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e coordenador nacional da Escola de Gestão Pública (EGP)

www.portalegp.com.br